

A batalha jurídica entre o Piratini e as concessionárias

EM CARAZINHO

- O polo obteve autorização da Justiça Federal para permanecer explorando as quatro praças até 28 de dezembro ou até o julgamento final da ação.
- Prevaleceu a argumentação de que o prazo de 15 anos passou a correr após o início da cobrança das tarifas, o que determina o término da concessão no final do ano.
- Para o Palácio Piratini, 6 de março seria o último dia do polo privado.
- O governo, porém, aposta em uma liminar do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que permita que a EGR assumira as rodovias do polo.



Coviplan tem vantagem na Justiça, mas Estado espera reverter

EMPRESAS EM VANTAGEM

- Além da Coviplan, concessionária do **Polo de Carazinho** que obteve liminar para prorrogar a concessão, outra empresa está em vantagem na Justiça.
- No **Polo Caxias**, sob responsabilidade da Convias, há uma decisão da Justiça Federal para que ela permaneça nas quatro praças até 10 de dezembro de 2013 ou até o julgamento final da ação.
- Além de evitar prejuízos à concessionária, a Justiça afirmou que a manutenção do contrato irá manter a qualidade dos serviços.
- Para o Piratini, 16 de abril seria o último dia do polo.

GOVERNO TARSO EM VANTAGEM

- No **Polo Metropolitano** (Metrovias), a empresa ingressou na Justiça com liminares para diferentes tipos de desequilíbrio, sem sucesso. A concessão deverá acabar em 16 de abril.
- No **Polo Gramado** (Brita), o TJ negou pedido da concessionária, que pretendia atuar até o final do ano nas três praças. A concessão deverá se encerrar em 25 de maio.
- A S.Cruz Rodovias, responsável pelo **Polo Santa Cruz**, ingressou na Justiça Federal com ação para cobrar indenização, até agora sem sucesso. A concessão das três praças deverá se encerrar em 29 de maio.
- A Sulvias, responsável pelo **Polo Lajeado**, ingressou na Justiça Federal com diversas ações. Até o momento, teve uma liminar negada. A concessão deverá terminar em 16 de abril.
- Em situação semelhante à do Polo Santa Cruz, no **Polo Vacaria**, a cargo da Rodosul, a empresa ingressou na Justiça Federal com ação para cobrança de indenização pelos supostos desequilíbrios econômico-financeiros dos contratos até 31 de dezembro de 2007.
- A concessão das três praças deverá se encerrar em 22 de junho, como prevê o governo.